

UMA MESA CHAMADA ORÇAMENTO ONDE CADA UM TEM O SEU TALHER: A SATIRIZAÇÃO DO CLIENTELISMO NA OBRA DE FRANÇA JÚNIOR.

Raquel Barroso Silva*

RESUMO: Joaquim José da França Junior (1838-1890) nasceu no Rio de Janeiro e lá desenvolveu seu trabalho em diversos campos da arte e da literatura. Contudo seu legado, aquilo que o tornou mais conhecido, foi como dramaturgo. Relatando o dia a dia da política em seus folhetins e peças teatrais a obra de França Jr. constitui num rico objeto de análise para a compreensão de alguns dos meandros da política do século XIX, entre eles o clientelismo. Através deste estudo busco analisar as relações clientelares como prática constitutiva da cidadania na segunda metade do século XIX e compreender até que ponto essas relações eram realmente naturalizadas pela população ou eram encaradas como absurdas pelos cidadãos. Acreditamos que satirizando o pedido de favores que os cidadãos comuns faziam aos homens públicos França Jr. pretendia desnaturalizar esta ação.

PALAVRAS-CHAVE: França Júnior, século XIX, clientelismo.

ABSTRACT: Joaquim José da França Junior (1838-1890) was born in Rio de Janeiro and there developed his work in various fields of art and literature. But his legacy, what became better known, as was playwright. Reporting on the day of its policy in serials and plays the work of França Jr. is a rich object of analysis for understanding some of the intricacies of the policy of the nineteenth century, among them the patronage. Through this study I sought to analyze the customer relations as constitutive of citizenship practice in the second half of the nineteenth century and to understand the extent to which these relations were actually naturalized the population or were seen as absurd by the people. We believe that satirize the request for favors that ordinary people were the public men wanted France Jr denaturalize this action.

KEYWORDS: França Júnior, nineteenth century, patronage.

Rotulado inicialmente como uma literatura circunstancial, sem pretensões de perenidade, o folhetim ou a crônica estão ligados substancialmente aos jornais brasileiros do século XIX. Atualmente diferentes trabalhos que utilizaram esse tipo de literatura como fonte já provaram a riqueza documental que este, outrora considerado, gênero menor possui.¹ Também não podemos nos esquecer que além de seu inegável valor como objeto historiográfico é em forma de crônica que grandes romances do período foram, em princípio, publicados. Como exemplos podem ser citadas as obras de Machado de Assis e de José de Alencar, provavelmente nossos folhetinistas mais conhecidos.

* Aluna do Programa de pós Graduação em História - Mestrado em História - da Universidade Federal de Juiz de Fora

¹ Dentre eles a coleção de artigos reunidos em “História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil” (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005) se destaca.

Misto de literatura e jornalismo o folhetim aparecia geralmente no fim das primeiras páginas dos jornais e dialogavam com as principais notícias da semana. Falavam de costumes, modismos, novidades, banalidades, mas também continham críticas políticas ferrenhas (de forma aberta ou velada), ridicularizações de inimigos políticos ou pessoais, defesa de ideais e outros assuntos mais densos, muitas vezes diluídos entre uma inocente conversa entre amigos. É a esta função do folhetim, de espaço de satirização e crítica política, que me deterei no presente trabalho. Apesar de utilizar textos teatrais na presente discussão a respeito da naturalização do clientelismo detenho-me com mais vagar na caracterização destes últimos por que:

Em diversos momentos, França Junior elabora, nos folhetins, o material que será utilizado em suas comédias de costumes sociais e políticos. Pequenos diálogos, descrições, expressões que utiliza, são transpostos para situações, caracterizações e falas dos tipos criados nas comédias. O texto do folhetim é transcrito para a linguagem dramática e, com a encenação, torna-se passível de atualizações e concretizações que possibilitarão a materialização, no teatro do pensamento do autor. (FREITAS, 2002. p.67)

Estudando a obra folhetinesca e dramática de França Junior, poderemos refletir a presença das relações clientelares como prática constitutiva da cidadania na segunda metade do século XIX. O problema constitui em compreender até que ponto essas relações eram realmente naturalizadas pela população ou até que ponto, mesmo sendo algo legitimado pelo Estado, tal prática era encarada como injusta pelos cidadãos. Utilizo nessas reflexões especificamente os folhetins *Pretendentes* e *Encomendas* publicados na *Gazeta de Notícias* entre 1876 e 1878 (FRANÇA JUNIOR, 1915), e das peças *Como se fazia um deputado* e *Caiu o Ministério!* (FRANÇA JUNIOR, 1980) escritas no começo da década de 1880. Antes disso, porém sugiro que conheçamos um pouco mais nosso autor ainda não explorado em pesquisas historiográficas².

Nosso personagem nasceu e viveu no Rio de Janeiro (1838-1890) e lá desenvolveu seu trabalho em diversos campos da arte e da literatura. Colaborou para jornais como folhetinista, foi pintor aluno da AIBA, membro do Grupo Grimm e ainda participou da vida pública se tornando secretário do governo provincial da Bahia e Curador de Órfãos da Corte. Contudo

² Luiz Eduardo Viveiros de Freitas e Márcia Azevedo Coelho foram os pesquisadores que se dedicaram com mais exclusividade à obra de França Junior, o primeiro, pesquisador da área de Ciências Humanas escreveu, *Folhetins e Máscaras a obra de França Junior*, 2002 e a segunda, estudiosa de literatura brasileira escreveu *Muito siso e pouco riso: a comédia conservadora de França Junior*, 2008. Contudo a divulgação da obra de França Junior deve-se principalmente a Sábato Magaldi, Décio de Almeida Prado e João Roberto Faria que não deixaram de considerar a importância da participação de França Jr. como dramaturgo dentro da história do teatro brasileiro. Também é de suma importância o estudo deste personagem e sua obra o trabalho sistemático de recuperação de suas peças feita pelo Serviço Nacional do Teatro e pela Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) em 1980 que resultou na edição de *Teatro Completo de França Júnior*, Tomos I e II.

seu legado, aquilo que o tornou mais conhecido, foi como dramaturgo³. Entre suas comédias mais famosas estão as já citadas *Caiu o Ministério!*, *Como se fazia um deputado* além de *As Doutoradas* (1887). Por todas essas funções e habilidades, foi considerado, “no século XIX, um homem da Renascença no Brasil” (TEIXEIRA, 2009). Relatando o dia a dia da política em seus folhetins e peças teatrais a obra de França Jr. constitui num rico objeto de análise para a compreensão de alguns dos meandros da política do século XIX, entre eles o clientelismo.

Joaquim José da França Júnior era filho de Joaquim José da França e Mariana Inácia Vitovi Garção da França, cursou seus estudos secundários no prestigiado Colégio Pedro II. Em 1856 formou-se neste colégio como Bacharel em Humanidades e Letras. No ano seguinte mudou-se para São Paulo, onde se formou em Direito em 1862. Nesta época iniciou sua carreira como dramaturgo escrevendo, *A república modelo*, *Meia hora de cinismo* e *Tipos da Atualidade*. Mudando-se novamente para o Rio de Janeiro trabalhou até 1867 na redação do *Bazar Volante*, e iniciou sua carreira como folhetinista no lugar de Ferreira de Meneses no jornal *Correio Mercantil*⁴, tendo interrompido suas atividades jornalísticas entre os anos de 1868 a 1876.

Entre os anos de 1868 a 1871 foi secretário do governo provincial da Bahia e advogado adjunto da promotoria pública da Corte, nos anos seguintes escreveu mais três comédias, *Amor com amor se paga*, *Direito por linhas tortas* e *O tipo brasileiro*. Foi possivelmente também entre esses anos condecorado cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa e da ordem Austríaca de Francisco José. Como pintor e crítico de arte representou o Brasil na exposição de Viena em 1873 tendo publicado no ano seguinte “*O relatório sobre a pintura e a estatuária*” pela Typografia Nacional (FREITAS, 2002.)

No ano de 1878, escrevia para a *Gazeta de Notícias* e foi correspondente desse jornal em Paris por ocasião da exposição de arte. França Jr. residiu na capital francesa até o final do mesmo ano⁵. A *Gazeta de Notícias* era um jornal semanal que, de acordo com Neves “foi o primeiro dos grandes jornais da corte a abrir suas páginas para a propaganda contra a escravidão” (NEVES in VAINFAS 2002 p 363). Ainda em 1878 lançou *Folhetins*, numa

³ Temos conhecimento de vinte e três comédias escritas por França Júnior além de uma opereta, uma “revista-de-ano” e uma tradução (do italiano).

⁴ Seus folhetins publicados no *Correio Mercantil* durante os anos de 1867 e 1868 foram reunidos em JUNIOR, França. *Política e Costumes: Folhetins esquecidos (1867-1868)* Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia: Civilização Brasileira S/A, 1957.

⁵ Seus folhetins publicados pela *Gazeta de Notícias*, foram durante este ano alvo de diversas críticas e gozações por parte de periódicos como *A Revista Ilustrada* e *O Besouro*.

edição da Biblioteca da Gazeta de Notícias. O livro reúne vinte e três crônicas publicadas neste jornal e foi reeditado mais três vezes após a morte do autor⁶.

Na década de 80 França começou a freqüentar a Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) como aluno amador. “Na opinião do historiador da arte Carlos Roberto Maciel Levy, o artista desenvolve uma obra de qualidade, com grande domínio dos meios expressivos, fortemente vinculada a uma nova visão da pintura de paisagem que se afirmava no Brasil durante a década de 1880.” (ITAÚ CULTURAL, 2009) Nas palavras de seu amigo pessoal, Arthur Azevedo, França tornou-se um paisagista muito aceitável, “resgatando ligeiros defeitos de técnica por um sentimento profundo da cor, da luz e da intensa poesia da nossa terra.” (AZEVEDO in FRANÇA JUNIOR, 1980I p17).

Durante este período escreveu suas duas mais prestigiadas e melhores comédias na opinião de alguns críticos teatrais como Sábato Magaldi (1997) e Décio de Almeida Prado (1999), *Como se Fazia um deputado* e *Caiu o Ministério!* Foi também nos anos 80 que “inseriu no *Globo* uma brilhante série de folhetins intitulados *Echos da Cidade*, e finalmente forneceu ao *Paiz*, até morrer, a começar pelo *Ecos Fluminenses*, uma abundante e apreciadíssima colaboração”(AZEVEDO op cit. p.15).

Em 1884 foi premiado na Exposição Geral de Belas Artes no Rio de Janeiro juntamente com alguns de seus colegas da AIBA, (Caron, Castagneto, Driendl e Garcia y Vasquez). Juntos eles seguiriam seu mestre, o Alemão Georg Grimm quando este não teve seu contrato renovado pela mesma escola, por não se adequar ao método de ensino oficial. Estes jovens artistas formaram o Grupo Grimm, que se reunia regularmente, em torno do mestre para lições de paisagismo ao ar livre em Niterói no Rio de Janeiro, com a intenção de buscar uma percepção e representação naturalista da paisagem.⁷

Em 1888 foi ainda Curador Geral da Segunda Vara dos Órfãos da Capital Federal. Amigo do príncipe D. Augusto, o conservador França Junior foi um simpatizante do governo de D. Pedro II, em sua obra, satirizou e criticou o sistema eleitoral, deputados, senadores, mas nunca a monarquia ou a família real. A sua participação em grupos de sociabilidade como a Ordem da Rosa, a Ordem Austríaca de Francisco José e a Academia Imperial de Belas Artes e mesmo sua participação em serviços públicos demonstra que o artista não estava na contramão do sistema monárquico, ao contrário, a exposição que fazia das mazelas de sua

⁶ Após sua morte, a livraria Jacintho Ribeiro dos Santos, Rio de Janeiro 1894, lançou a segunda edição de *Folhetins*. A terceira edição recebeu um subtítulo *Folhetins: publicados na Gazeta de Notícias*, lançado pela mesma livraria em 1915. A quarta edição, também pela mesma livraria, de 1926 mais que dobra seu número de páginas, é ampliada com folhetins publicados no *Globo Ilustrado*, *O Paiz* e *Correio Mercantil*. Também recebe prefácio de Alfredo Mariano de Oliveira.

⁷ Disponível em: < <http://www.itaucultural.org.br> >. Acesso em: 17 maio 2009.

sociedade pareciam visar mais um aperfeiçoamento do sistema que uma reforma propriamente dita como veremos mais a diante. Arthur de Azevedo registrou que a deportação da família imperial e o fracasso de sua última comédia, “*Portugueses às direitas*” contribuiriam para o agravamento de sua saúde, o que causou sua morte no dia 27 de setembro de 1890 em Poços de Caldas, Minas Gerais, onde passava sua última entre várias estadias nessa região ao de sua esposa Dona Clotilde de França.

A presença do tema do clientelismo na obra de França Junior é forte e perpassa por diferentes textos em que o autor escreve sobre política. Utilizo o conceito de clientelismo como definidor de todas as relações de dependência e troca de favores que tem em um dos lados o Estado. Estas relações vão desde a persuasão do eleitor de província dependente de algum fazendeiro até a concessão de cargos políticos como forma de manter uma clientela fiel e submissa que retribuirá o intermediário do pedido ou o próprio concessor do benefício, com seu apoio político. Mas a questão aqui consiste em compreender como os próprios contemporâneos encaravam essa prática. Como “algo que constituía na própria razão de ser do Estado” ou, ao contrário “como um obstáculo a um governo eficaz”? (GRAHAM, 1997 p.272) Em “*Pretendentes*” França Jr. trata da condição de dependente como a fase mais humilhante da vida de um cidadão. Nele França constata:

*Há no Brasil uma grande meza, chamada do orçamento, onde, com bem raras exceções, todos têm o seu talher.
Nesta meza uns banqueteiam-se, outros apenas comem. (...)
Os donos da casa são - os ministros, os talheres – os empregos, e todos esses pedintes, que gritam junto à mesa, são elles – os pretendentes (...). (FRANÇA JUNIOR, 1915. p 107-108).*

As “bem raras exceções” que não se beneficiam do orçamento não ficam muito claras. Provavelmente França desconsiderava a maioria pobre da população que não participava ativamente da política e muito menos sonhava com a possibilidade de barganhar e adquirir um importante cargo público. Ele deixa isso claro no seguinte trecho de *Caiu o Ministério!* onde utiliza novamente metáfora da mesa. Neste trecho Ernesto, pretendente a um cargo público conversa com o caixeiro Filipe:

*Ernesto – És mais feliz do que eu.
Filipe – Por quê?
Ernesto – Porque não pretendes sentar-te a uma grande mesa que há neste país, chamada do orçamento, e onde, com bem raras exceções, todos têm o seu talher. Nesta mesa uns banqueteiam-se, outros comem, outros apenas lambiscam. E é para lambiscar um bocadinho, que venho procurar o ministro. (FRANÇA JUNIOR, 1980II. P 190).*

Ernesto não pretendia sentar-se à mesa porque, para um caixeiro, isso era algo praticamente impensável. Mesmo para exercer alguns cargos menores como o de porteiro ou assistente de museu era preciso de um padrinho, o que era privilégio de poucos. No interior dessa metafórica sala de jantar a população cativa, liberta e de brancos livres pobres disputavam as migalhas que caíam ao chão. Os favores almejados por eles eram bem mais singelos e às vezes os riscos que corriam para consegui-los eram bem maiores. Em *Como se Fazia um Deputado* ele registra o empenho de um escravo em se passar por votante e votar várias vezes durante a eleição para deputado provincial na qual o filho de seu patrão era candidato. O escravo Domingos aproveita-se de uma confusão e coloca várias cédulas na urna, depois corta a carapinha, coloca novas botas e um casaco apertado para votar novamente. O patrão de Domingos, Major Limoeiro é questionado por seu amigo Chico Bento: “Pois o major manda o escravo votar?” ao que é respondido por Limoeiro “Essa é boa! E por que não? E se o rapaz for eleito, ele já sabe, dou-lhe a carta de liberdade.” A presença do negro no local da votação causa protestos de outros votantes e ele chega a levar uma cacetada na cabeça, mesmo assim persiste:

Limoeiro: Estás machucado?

Domingos - Não, sinhô. Levou só porretada na cabeça; pau quebrou mas cabeça não. (...)

Limoeiro – Prepare-se para votar mais uma vez.

Domingos – Domingos está pronto para votar quantas vezes sinhô quiser. (FRANÇA JUNIOR, 1980II p. 147).

Observando deste ângulo podemos dizer que ser um pretendente era um privilégio de poucos cidadãos de classe que participavam do centro da teia de relações clientelares no Império. Contudo, dentre os que entravam poucos deixavam de obter o seu talher.

Na maioria das vezes os pretendentes a um cargo público faziam seus pedidos através de cartas escritas por eles ou por missivistas que faziam o papel de intermediários entre estes e os que tinham o poder de criar e conceder os cargos, esses eram ao mesmo tempo de clientes e protetores. Quando finalmente consegue eleger seu sobrinho deputado provincial o personagem liberal Major Limoeiro e seu amigo conservador Chico Bento (futuro sogro do jovem deputado) planejam como levar o jovem a deputação nacional. É de Limoeiro as palavras “É preciso que o tenente-coronel por sua parte escreva aos seus amigos, que eu cá pela minha tratarei de fazer o mesmo. E creia que não tenho cochilado” (FRANÇA JUNIOR, 1980II p.158). Realmente o empenho para se conseguir um cargo deveria ser grande, França Jr. registra: “Há um ente n’este paiz chamado empenho, senhor de barão e cutello, que tudo

ata e desata, e a quem até os mais poderosos curvam a cabeça” (FRANÇA JUNIOR, 1915 p.108). Dessa maneira, se durante as eleições provinciais a estratégia para galgar a vitória constituía na utilização de cacetadas, duplicatas e falsos eleitores, para a eleição de representação nacional os capangas seriam substituídos por diplomáticas cartas de recomendação. De acordo com as estatísticas colhidas por Richard Graham os principais destinatários dessas cartas, ou seja, “os donos da casa” eram mesmo os ministros “poucas posições podiam competir com a de um ministro, pelo seu potencial de ampliar uma clientela” (GRAHAM, 1997 p. 274). Este autor utiliza em seu estudo quase seiscentas cartas com pedidos em favor dos pretendentes a cargos, mas através do folhetim aqui analisado podemos visualizar que os pedidos não eram feitos somente através de cartas escritas. Fazia parte do empenho que os candidatos a cargos precisavam ter a presença quase diária na porta da casa do ministro ou deputado a quem o seu pedido se destinava, como também nas ante-salas das câmaras onde possivelmente os concessores de cargos seriam encontrados. Situação humilhante devidamente observada e satirizada por França Jr.:

Diálogo dos pretendentes: (...)

- Há quatro mezes que vivo n’esta lida: “Venha hoje, venha amanhã, espere um pouco, agora não é possível. Irra! Já é demais!”

- Console-se commigo, que ando pretendendo em logar há cinco annos, e ainda não m’o deram.

- Há cinco annos?!

- Sim senhor.

- E tens esperanças de obtel-o?

- Olé! Venho aqui duas vezes por dia.

- Todos os dias?

- E porque não? (...)

- E eu que vim do confins do Amazonas, e aqui estou a seis mezes a fazer despesas, hospedado na casa da D. Maria, com uma numerosa família, composta de mulher, seis filhos, duas cunhadas, trez escravas, quatorze canastras, um papagaio e um corrupção. (FRANÇA JUNIOR, 1915 p. 112)

Nesta passagem podemos observar também a transformação da função pública como cabide de empregos que beneficiava não só o próprio dependente, como também sua numerosa família, que por sua vez era sua dependente.

França Jr. estava completamente ciente do que se cometiam dentro do sistema político, pelo qual seu país era governado, e não deixava que quase nada passasse despercebido em sua sátira política. Nesse sistema, o poder ainda tinha um valor muito alto; só ele enobrecia o homem, algo que os bens por si só não poderiam fazer. O cargo público era almejado por muitos, e uma vez conquistado, principiava uma escalada hierárquica que ia do inspetor de quartelão à presidência do conselho de estado. Esta corrida em busca de uma colocação,

muitas vezes usada como moeda de troca, acontecia com mais intensidade a cada vez que se formava um novo ministério. É essa corrida que enche a casa do personagem Conselheiro Brito chefe do novo Gabinete (FRANÇA JUNIOR, 1980II) e mais tarde, após a queda do gabinete, a faz esvaziar. Alguns o procuravam com intenções “modestas”, como o já citado Ernesto, que havia sido aprovado em primeiro lugar no último concurso da secretaria, mas ainda precisava de um “empenho” para conseguir o emprego. Ernesto vai até a casa de Brito portando uma carta de recomendação de um senador:

Brito – O que desejam?

Ernesto – Vinha trazer esta carta para Sua Excelência e implorar-lhe a sua valiosa proteção.

Brito – (Depois de ler a carta) – Sim senhor. Diga ao Senhor Senador que hei de fazer todo o todo o possível por servi-lo. Vá descansado.

Ernesto – Eu tenho a observar a Sua Excelência...

Brito – Já sei, já sei.

Ernesto – Que foi classificado em primeiro lugar.

Brito – Já sei, já sei. Vá (Ernesto cumprimenta e sai) (...) (FRANÇA JUNIOR, 1980II p.190)

Interessante observar que a primeira colocação no concurso da secretaria não garantia a posse do candidato ao cargo pleiteado, ou seja, a indicação valia mais do que o merecimento.

Outros pretendiam algo maior, queriam se “banquetear” a mesa, como o deputado Coelho, que queria uma pasta no ministério e por não recebê-la, retalha Brito, fortalecendo a oposição. Isso acontece, porque Brito não usa sua capacidade de cooptação de inimigos potenciais, que se adquire ao ocupar um cargo de tamanha importância como a presidência do conselho, ou seja, não sabe manejar bem as tramas da rede clientelar. Segundo alguns estudiosos, esse era o segredo para a duração da elite. Fazia parte da manutenção da posição de protetor conseguir satisfazer os pedidos que lhe eram feitos, era dessa maneira que manteria sua clientela fiel. O personagem Brito incorre em grande erro ao não atender e sequer dar a devida atenção ao pedido de Coelho e é esta falha que o faz perder o apoio da câmara dos deputados e ter o seu ministério extinto em pouco tempo. Outro ministro personagem de “*Pretendentes*” age de maneira bem diversa. Ao passar pelo corredor apinhado de pretendentes cumprimenta a todos:

- Já estudei o seu negócio, diz a este.

- Procure-me logo, diz àquele.

-O seu memorial está desde hontem com o meu collega, responde a outro.

E assim vai contentando um por um com as phrases do estylo: “Vá descansado, eu hei-de vêr, tenha paciência, falle com o official de gabinete, etc.,etc.” (FRANÇA JUNIOR, 1915 p. 114)

Atitude bem mais inteligente para um homem que não pretende perder sua clientela para outro protetor.

O clientelismo foi algo legitimado pelo Estado através de sua prática, contudo nunca existiu uma lei que visava abertamente o exercício dela. A lei prescrevia que o critério para a concessão de um cargo público fosse o merecimento, o que é na verdade uma brecha para a construção de relações clientelares principalmente por parte daqueles que possuem a prerrogativa legal de fazerem as nomeações. Não é por acaso que as cartas escritas aos ministros não eram feitas em âmbito oficial, eram cartas pessoais escritas aos ministros por particulares, mas isso também não significa que fosse algo com caráter sigiloso, “os nomes também eram apresentados da maneira normal” as cartas particulares apenas “procuravam influenciar a decisão fora dos canais regulares” (GRAHAM, 1997 p.288). O nepotismo ou o clientelismo não era algo que necessitava ser feito às escondidas. Dessa forma acredito que o clientelismo era relativamente naturalizado pela população carioca no período estudado na medida em que as fontes não indicam que seja algo ligado à falta de caráter ou de honestidade, mesmo que a situação de cliente seja considerada humilhante para um cidadão ela não estava relacionada à falta de ética dos participantes desta rede. Pelo contrário, um homem com muitos clientes era um homem “credor de inúmeras sympathias de seus comprovincianos” (FRANÇA JUNIOR, 1915 p.119) O Sr. Felisberto Antonio de Miranda, personagem de “*Encomendas*” era um desses homens admirados pela população local justamente por ser “serviçal como ninguém”. Entre as incumbências que recebe está a de “arranjar uma carta do conselheiro R... ao Juca que faz exame amanhã”(Ibidem p.120)

Muitos acreditavam que o clientelismo era a própria razão de ser do Estado brasileiro. Mas o fato de ser algo intrinsecamente ligado ao sistema político imperial não significa que algumas vozes não se levantaram contra essa “política do favor”, na intenção de abolir ou ao menos minimizar tal prática. Como ocorre quando da criação de concursos públicos para o provimento de cargos. É engrossando essa vertente de opiniões que a literatura satirizadora de França Jr. entra como de veículo de aperfeiçoamento do sistema. França Jr., assim como outros homens de letras do período, percebia essa barganha de gratidão como algo prejudicial ao funcionamento do sistema e, por isso, fazia coro aos que se mostravam contra tal prática. A “*emprego mania*” foi considerada em 1876 uma moléstia endêmica no Brasil, um dos grandes males de nossa sociedade (apud GRAHAM, 1997). Mas o número dos que se levantava contra essa falta de critérios bem definidos para a concessão de cargos públicos, com certeza, era bem menor do que o dos que dela se aproveitava. O próprio França Jr. completou seus estudos secundários em um colégio cuja admissão dos alunos, dependia de uma carta de

recomendação (GRAHAM, 1997). O que também era muito comum para o ingresso na faculdade de direito de São Paulo onde se formou. Mais tarde, após a queda do último gabinete progressista (1864-1868), do qual era ferrenho opositor, França aproveitava-se da proteção do Barão de São Lourenço para exercer diversos cargos públicos.

(...) nomeado presidente da Bahia o Barão de São Lourenço (depois Visconde), este o convida para secretário do seu governo (...) Depois (...) França Júnior alcançou, certo através dos bons ofícios do Barão de São Lourenço, um lugar de adjunto de promotor público, vindo, mais tarde, a ocupar o cargo de curador de órfãos. Em 1873 teve ele a oportunidade de viajar pela Europa obtendo como pretexto para isso, um dos cargos da numerosa delegação que o Brasil enviou à exposição internacional de Viena. (FRANÇA JÚNIOR, 1957 p. XI)

Ou seja, o próprio letrado que satirizava e ironizava as relações de dependência numa tentativa de desnaturalizá-las, não deixou de aproveitar dos benefícios individuais que essas relações poderiam oferecer quando lhes foi oportuno. É por isso que acreditamos que o conservador França Junior, como outros homens letrados de seu período, independentemente de filiação política utilizavam a imprensa e a literatura para a modernização da Nação e do Estado Brasileiro. Voltando a nossa questão inicial, sobre até que ponto as relações clientelares eram naturalizadas, acredito pelo que foi esboçado aqui que ela possui dupla resposta, na qual a defesa de ideais e a prática cotidiana nem sempre serão coincidentes.

Bibliografia

- CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda, “Apresentação”, in CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda, (orgs). **História em cousas miúdas**: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.
- FRANÇA JÚNIOR, Joaquim José da. **Folhetins: Publicados na Gazeta de Notícias**. 3.ed. Rio de Janeiro: Livraria Jacintho Ribeiro dos Santos, 1915.
- FRANÇA JÚNIOR, Joaquim José da. **Política e Costumes**: folhetins esquecidos (1867-1868). Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia: Civilização Brasileira, Col. Vera Cruz (Literatura Brasileira), 6, 1957.
- FRANÇA JÚNIOR, Joaquim José da (1838-1890). **Teatro de França Junior**: Tomos I e II, Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, Fundação Nacional de Arte (SNT/FUNARTE), Col. Clássicos do Teatro Brasileiro, 5, 1980.
- FREITAS, Luiz Eduardo Viveiros de. **Folhetins e máscaras: a obra de França Júnior**. PUC/SP. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. 2002
- GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- MAGALDI, Sábato. **Panorama do Teatro Brasileiro**. São Paulo: Global, 1997.
- NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira in VAINFAS, Ronaldo (org.) **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- PRADO, Décio de Almeida. **História Concisa do Teatro Brasileiro: 1570 – 1908**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- TEIXEIRA, Milton M. **A Pinacoteca perdida de Botafogo**. Disponível em: <<http://www.museu-emigrantes.org/comendador-arte.htm>>. Acesso em: 15 janeiro 2008.